

Estabelecer uma pessoa natural em forma de contratação de CLT, vai onerar muito as empresas que agora dependem de um encarregado para cumprir a LGPD.

As empresas poderão contratar pessoas jurídicas para o papel de encarregado, mas é necessário considerar que, quem exercer esta função, mesmo sendo CLT, não estará todo o tempo disponível para atender os titulares ou mesmo ANPD.

Sendo assim, é necessário estabelecer que a forma de contato com o encarregado deva ser através de e-mail. Este e-mail deve ser facilmente encontrado pelo titular no site da empresa.

As respostas aos e-mails enviados pelo titular devem obedecer ao prazo de resposta informado na LGPD.

As empresas jurídicas que oferecerem o serviço de encarregado aos clientes deverão ter uma solução de gerenciamento de solicitação dos titulares para que possam atender às solicitações dos titulares de seus diversos clientes.